



**FORUM
DE MONITORIA
DO ORÇAMENTO**

RESPOSTA À COVID-19 COM CONTAS CERTAS

**MONITORIA E RASTREIO
REVELA SINAIS DE MUDANÇA
NO ENTENDIMENTO DO
GOVERNO EM RELAÇÃO À SUA
PRIORIDADE DE PROTECÇÃO
DOS GRUPOS SOCIAIS MAIS
VULNERÁVEIS À COVID-19**

13 de Setembro de 2021

Nota de enquadramento

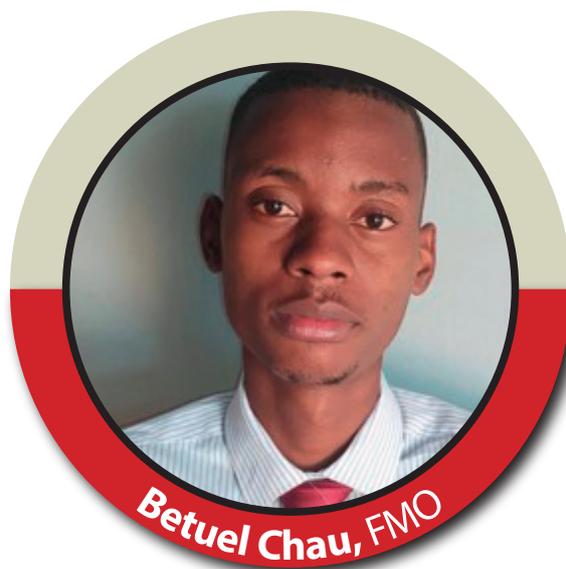
Depois de realizado o workshop virtual de divulgação de resultados finais do rastreio e monitoria da despesa pública no contexto da Covid-19, integrando apresentações de Relatórios de todas as provinciais do País, o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) realizou, no dia 25 de Agosto, o workshop virtual a nível central. Para além das organizações da sociedade civil agregadas no FMO, o evento juntou no mesmo espaço virtual instituições do Governo, nomeadamente o Ministério da Economia e Finanças, representado por Alfredo Mutombene, Director do Gabinete de Comunicação e Imagem; Ministério da Saúde, representado pela Rosa

Fumo, Directora da Administração e Finanças e Ivan Manhice, Director Adjunto de Planificação e Cooperação; Ministério de Género, Criança e Acção Social, representado por Chico Francisco Almajane, Director de Planificação e Cooperação; e o representante do Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. A apresentação dos resultados de nível central constituiu o fecho do projecto implementado com apoio da SDC (Swiss Agency for Development and Cooperation) e da OSISA (Open Society Initiative for Southern Africa), que se enquadra na iniciativa política “Resposta à Covid-19 com Contas Certas”.

“Monitoria e rastreio revela sinais de mudança no entendimento do Governo em relação à sua prioridade de protecção dos grupos sociais mais vulneráveis à Covid-19”

Do rastreio foi constatado que houve um desvio negativo entre a alocação planeada e a alocação efectiva para o sector da protecção social. Este factor observou-se porque os valores recebidos são transitórios e canalizados aos sectores específicos, de acordo com os termos do contracto de financiamento ou de donativo. Isso fez com que o Orçamento de Estado permanecesse rígido e não protegeu os grupos sociais mais vulneráveis à Covid-19. O Governo, apercebendo-se disso, pouco fez para a mobilização de esforços e cumprir com a meta fixada no quadro do desenho das necessidades de financiamento avaliada em cerca de USD 700 milhões, onde este sector constituía a sua maior prioridade, com um peso relativo de cerca de 34% (USD 240 milhões). Do valor total desembolsado pela comunidade internacional (USD 668,7 milhões), pouco menos de 8% (USD 38 milhões) é que foi canalizado para o sector da protecção social e pouco mais de 6% (USD 15 milhões) para o sector privado empresarial.

Aliás, os relatórios publicados cumulativamente pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF) para ilustrar o ponto de situação do financiamento recebido da comunidade inter-



nacional não explicam para onde é que foram os USD 22 milhões libertos pela Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) em Dezembro de 2020, sendo USD 8,125.10, pela Coreia do Sul; USD 1,455,991.80 pelo Japão; USD 20,860,216.77 pela China. Dada a alocação baixa para o sector da protecção social, este valor poderia ter sido usado para reforçar os programas de desenvolvimento previamente estabe-

lecionados pelo Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS), nomeadamente o Programa Subsídio Social Básico (PSSB), Programa de Acção Social Produtiva (PASP) e do Programa de Apoio Social Directo (PASD) para apoio aos grupos sociais mais vulneráveis à Covid-19.

Os relatórios publicados cumulativamente pelo MEF são omissos e não apresentam informação detalhada sobre o uso e aplicação dos fundos recebidos para Covid-19. Portanto, estes documentos não mostram como é que o valor recebido da comunidade internacional foi administrado ao nível central e provincial. Ademais, não obstante o facto de o sexto e último “Relatório de uso de fundos no âmbito da Covid-19” conter anexos que mostrem a relação de contractos de adjudicação para Ministério da Saúde (MISAU), ainda não é suficiente, falta a informação sobre o uso de fundos pelos subsectores de administração pública e sobre as empresas que foram contratadas em diversos domínios de intervenção para prevenção e combate à Covid-19.

Em relação às despesas realizadas pelo Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), o rastreio mostra que, além da falta de informação sobre a alocação de fundos entre os subsectores das Obras Públicas ao nível das províncias, cerca de 99,97% (3,46 mil milhões meticais) dos contractos de adjudicação foram realizados através da modalidade de ajuste directo. Nem todas as obras realizadas foram submetidas ao respectivo processo de fiscalização. Por exemplo, até finais de Outubro, as obras de construção e reabilitação no valor de 62,7 milhões de meticais realizadas pela empresa Moza Construções, Lda, nos distritos de Mueda, Muidumbe, Meluco, Mocímboa da Praia e Palma, ainda não tinham sido fiscalizadas.

A nível das províncias, para construção e reabilitação de sanitários escolares e sistemas de abastecimento de água, foi observado que, para além da falta de transparência na gestão de fundos públicos, caracterizada pela ausência de cadernos de encargo e relatórios fiscais de obras, algumas obras foram rejeitadas pelas direcções

de escolas devido à má qualidade. Por exemplo, as obras executadas na Escola Secundária de Angoche, localizada no distrito com mesmo nome, foram entregues à direcção da escola com problemas de fuga de água nos sanitários; os balneários do Centro de Reintegração e Educação Inclusiva de Anchilo, distrito de Nampula, foram rejeitadas pela direcção da escola devido a má qualidade do revestimento do pavimento; as obras feitas no Centro de Saúde Urbano de Nacala foram rejeitadas pelos Serviços Provinciais de Saúde devido à má qualidade.

Em linhas gerais, foi possível constatar que houve registo de empreiteiros que abandonaram a execução de obras sem nenhuma explicação prévia, obras entregues de forma provisória, sanitários foram entregues sem que tivesse sido montada a canalização para o abastecimento de água, falta de envolvimento de dirigentes locais nos processos. Houve situações de diferença entre o valor que consta das placas de identificação das obras e o valor apresentado nos documentos do Ministério de Obras Públicas.

Quanto às despesas realizadas pelo MISAU, cerca de 70% dos fundos alocados para o combate à pandemia da Covid-19 são usados ao nível central, sendo os restantes 13% distribuídos pelas províncias. Por razões não justificadas, não há registo de transferência de fundos da Covid-19 para a província do Niassa. De modo geral, pouco mais de 80% (133 mil milhões de meticais) dos fundos alocados para as províncias foram gastos em despesas de alimentação e alojamento de profissionais de saúde, e cerca de 9% foram usados para construção e fiscalização do Centro de Saúde de Lizilo – Angónia (na província de Tete). O MISAU realizou 37 adjudicações nas províncias, das quais 13 foram contratadas por ajuste directo, 21 não especificaram a modalidade de contratação e apenas cinco (5) seguiram a modalidade de concurso por cotações.

O relatório de dados sobre situação de financiamento recebido do MISAU não explica o critério usado para a determinação do valor a ser alocado por cada província.

“O Plano de Resposta do Sector de Educação não está alinhado ao Plano de Resposta Geral do Estado”

No sector da educação, foram previstos 570 milhões de meticais para aquisição do livro escolar da 1ª à 7ª classe. Aqui não se percebe ao certo e não está explícito o porquê de o grande bolo de combate à Covid-19 ser alocado à aquisição do livro escolar. Ademais, constava da lista dos livros adquiridos, disciplinas que o próprio Ministério da Educação e Desenvolvimento (MINEDH) está a propor a sua eliminação no ano lectivo 2021. Não serão recursos gastos com materiais que não serão usados, sobretudo tendo em conta a fraca capacidade para armazenamento e conservação do livro escolar. Para o reforço do ADE e para os materiais necessários à higienização nas escolas, de modo a assegurar a retoma das aulas e o funcionamento das mesmas, foi previsto o valor de 190 milhões de Meticais. Entretanto, poucas escolas conseguiram criar condições básicas para o retorno às aulas, sobretudo as do ensino primário). Deste valor, 94 milhões de meticais foram planificados para o decurso das aulas da 12ª classe e dos Institutos de Formação de Professores (IFP). Os 96 milhões de meticais remanescentes terão sido transferidos de modo a assegurar a retoma e o decurso das aulas da 7ª classe e o funcionamento normal das instituições abrangidas. Cerca de 51 milhões de meticais estão previstos para o reforço da implementação da alimentação escolar.

O sector de Educação é crítico e afecta um grupo muito vulnerável da população moçambicana, sobretudo as raparigas. A interrupção escolar em 2020 teve consequências negativas e cuja dimensão ainda não está clara, mas acarreta elevados custos financeiros e não financeiros, em anos futuros. O sector da Educação reagiu



à pandemia e tomou um conjunto de medidas como resposta, embora nem sempre estivesse claro que medidas, a quem e como as aplicar entre outros aspectos. O Plano de Resposta do Sector de Educação não está alinhado ao Plano de Resposta Geral do Estado, quer em termos de acções, quer em termos de orçamentos e alocação de recursos e sua consequente prestação de contas. O Orçamento de Estado 2020 (versão revista) priorizou os sectores de Saúde, Acção Social e outros, mas não incluiu o sector de Educação e sem detalhar o racional e os critérios para tal. Uma parte dos recursos que irão beneficiar o sector da Educação são na realidade alocados e geridos por outros sectores, como é o caso do acesso à água e saneamento que está com o MOPHRH. Um tema que merece mais debate e esclarecimentos quanto à forma de implementação, alocação e execução dos recursos.

“Olhando para o escândalo das dívidas não declaradas, era esta oportunidade para dizermos que aprendemos e queremos fazer diferente perante o cidadão e os nossos credores”

Este é um momento crucial como FMO, justamente porque estamos a viver ao mesmo tempo uma crise ocasionada pelo escândalo das “dívidas ocultas”, e que tem estado a condicionar o apoio ao Orçamento de Estado nos últimos anos. Portanto, como FMO, entendemos que esta era uma oportunidade em que o Governo, nas suas diferentes funções e sectores, poderia redimir-se fazendo com que a resposta à Covid-19 fosse de facto com contas certas e coerente, desde a forma como os programas são implementados e executados até à forma como se executam valores e procedimentos emanados dos diferentes decretos de políticas públicas aprovados pelo próprio Governo.



Olhando para o escândalo das “dívidas ocultas”, era esta oportunidade para dizermos que aprendemos e queremos fazer diferente perante o cidadão e os nossos credores. Mas pelos vistos, como o FMO pode constatar no rastreio realizado, tanto a nível provincial assim como central, estamos claramente numa situação crítica, desde o processo de procurement até ao processo de adjudicação para a implementação, fiscalização e responsabilização dos actores envolvidos.

“No Plano de Resposta à Covid-19 do Governo houve muita pouca análise de género”

Infelizmente Moçambique faz parte do grupo de países em que as mulheres e raparigas são vulneráveis e constituem o grupo maioritário. E para este grupo, o nosso País apresenta maior taxa de mortalidade. Temos uma grande parte das mulheres concentradas em actividades económicas informais, sem nenhuma protecção. Portanto, esperávamos que os recursos que fossem alocados para suprir os impactos negativos da pandemia da Covid-19 tomassem em consideração a mulher e rapariga. A nossa observação em função daquilo que fomos acompanhando através das diversas associações baseadas nas províncias, é que a prevenção e combate à Covid-19 incidiu especialmente sobre a reabilitação de sanitários escolares e colocou em segundo plano as mulheres e raparigas que também fazem parte dos grupos sociais mais vulneráveis. Portanto, o Fórum Mulher considera que no plano de resposta à Covid-19 do Governo houve muita pouca análise de género.



“Será que hoje, no sector da Saúde, estamos melhor capacitados para responder a eventos similares no futuro?”

Com os recursos que conseguimos mobilizar (USD 668,7 milhões) como País, podemos descrever como tendo sido um sucesso. Mas precisamos saber se esses fundos terão realmente criado condições para fortalecer o sistema de saúde na resposta a eventos que tem características semelhantes. Ou se essa experiência que tivemos agora pode fornecer, com melhor clareza, condições e ferramentas para uma resposta futura. Será que hoje, no sector da saúde, estamos melhor capacitados para responder em termos de insumos, material de protecção, material de testagem e vacinação e investigação?



“Depois de gastar 3,5 biliões de meticais com obras nas escolas, a suspensão de aulas presenciais revela falhas na resposta a Covid-19 no sector da Educação”

Ter excluído os directores de escolas e outras entidades visadas no processo de reabilitação e construção de sanitários e infra-estruturas escolares permitiu com que houvesse uma intervenção desnecessária no sector da educação, traduzindo-se no fracasso dos investimentos alocados, visto que as aulas presenciais foram interrompidas mesmo depois de ter sido realizado um investimento estimado em cerca de 3.5 biliões de meticais.



“Os 22 milhões de dólares recebidos da iniciativa de suspensão do serviço da dívida foram alocados para o sector da saúde”

Os acordos estabelecidos com os parceiros já mostram para que áreas específicas os fundos devem ser alocados. Portanto, o Ministério da Economia e Finanças reconhece que houve um baixo investimento no sector da protecção social e, ainda assim, justifica que os 22 milhões recebidos como resultados da Iniciativa de Suspensão do serviço da Dívida foram alocados para sector da saúde.

“Transferimos os fundos por M-pesa”

Nós como especialistas em matérias de protecção social tomamos uma decisão de pouco contacto com as comunidades e usando as entidades administrativas locais para estabelecer a pré-selecção dos agregados familiares elegíveis para receber os fundos. Isso foi feito através de administrações dos distritos, secretários do bairro e chefes de quarteirão. Portanto, estas entidades recolheram os dados electrónicos de pessoas ao nível do Ministério de Género, Criança e Acção Social transferimos os fundos por M-pesa.

“O apoio dos parceiros nos permitiu maior capacidade de resposta e criação de condições para evitar um número elevado de mortes”

A pandemia da Covid-19 constitui a maior crise sanitária, social e económica no nosso País e o sector da Saúde foi o que mais sofreu maiores impactos. É desde sector que devia vir a mais rápida resposta para não impedir o funcionamento dos outros sectores. Portanto, o apoio dos parceiros neste processo foi bastante importante porque permitiu com que ampliássemos a nossa capacidade de resposta e criar condições para evitar um número elevado de mortes.



“O Procurement público merece uma atenção especial da Procuradoria-Geral da República”

Como sociedade civil, não estamos satisfeitos com a forma como os fundos foram executados para responder à pandemia da Covid-19 e pensamos que a questão sobre o procurement público merece uma atenção especial da Procuradoria-Geral da República.



Membros do FMO



Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: Betuel Chau	
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo	 www.fmo.org.mz  fmomozambique@gmail.com
 +258 21 085 797  info@cddmoz.org  www.cddmoz.org	 FMO.Mozambique  @FMO_Moz
 @CDD_Moz  @CDDMoz  @CDD_Moz	 Youtube